

NEWSLETTER ABRIL 2016



An Independent Member Of
BKR International - In principal
cities worldwide

www.mca.pt

www.bkr.com

Sede: Lisboa
R. Visconde Moreira de Rey, 14
Linda-a-Pastora
2790-447 Queijas

Telf. 21 424 88 40
Fax. 21 424 88 50

Delegações:
Olhão e Portalegre

EM DESTAQUE

O Decreto-Lei nº 18/2016 de 13 de abril estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2016. Para além das regras respeitantes à gestão de tesouraria do Estado, à prestação de informação por parte dos diferentes subsectores e à consolidação orçamental, este decreto-lei inclui ainda medidas de recuperação de créditos decorrentes de créditos ou participações financeiras concedidas pelo Estado, medidas relativas a gestão de pessoal e gestão de património imobiliário do Estado.

Salientam-se ainda as regras relativas a adoção e aplicação de referenciais contabilísticos, a consolidação orçamental e de prestação de contas e o regime aplicável às entidades públicas reclassificadas.

LEGISLAÇÃO FISCAL

IRC - ALTERAÇÃO

A Declaração de retificação nº 4/2016, retifica a [Lei n.º 5/2016](#), de 29 de fevereiro, que «Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 442-B/88](#), de 30 de novembro, transpondo a [Diretiva 2015/121/UE](#), do Conselho, de 27 de janeiro de 2015»

[Declaração de Retificação n.º 4/2016 - Diário da República n.º 76/2016, Série I de 2016-04-19](#)

OUTRA LEGISLAÇÃO

CÓDIGO DO TRABALHO

A Lei 8/2016 procede à décima alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela [Lei n.º 7/2009](#), de 12 de fevereiro, restabelecendo feriados nacionais anteriormente suprimidos. Assim, são repostos os feriados nacionais do Corpo de Deus, da Implantação da República a 5 de outubro, do Dia de Todos-os-Santos, a 1 de novembro, e da Restauração da Independência a 1 de dezembro.

[Lei n.º 8/2016 - Diário da República n.º 64/2016, Série I de 2016-04-01](#)

SEGURANÇA SOCIAL

A Portaria 93/2016 aprova o novo Modelo RC 3048-DGSS designado Anexo SS e as respetivas Instruções de Preenchimento e revoga a [Portaria n.º 284/2014](#), de 31 de dezembro.

A Portaria nº 67/2016 define a idade normal de acesso à pensão de velhice do regime geral da segurança social em 2017 e o fator de sustentabilidade para 2016 e revoga a [Portaria n.º 277/2014](#), de 26 de dezembro.

[Portaria n.º 93/2016 - Diário da República n.º 75/2016, Série I de 2016-04-18](#)

[Portaria n.º 67/2016 - Diário da República n.º 64/2016, Série I de 2016-04-01](#)

REGIME GERAL DAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E SOCIEDADES FINANCEIRAS - ALTERAÇÕES

O Decreto-Lei nº 20/2016 procede à 41.ª alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 298/92](#), de 31 de dezembro, visando conferir aos acionistas de instituições de crédito a possibilidade de reavaliarem periodicamente a justificação dos limites estatutários em matéria de detenção e exercício dos direitos de voto.

[Decreto-Lei n.º 20/2016 - Diário da República n.º 77/2016, Série I de 2016-04-20](#)

ORÇAMENTO DO ESTADO 2016

A Declaração de Retificação nº 5/2016 retifica o [Decreto-Lei n.º 18/2016](#), de 13 de abril, das Finanças, que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2016, publicado no Diário da República, n.º 72, 1.ª série, de 13 de abril de 2016.

O Decreto-Lei nº 18/2016 estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2016.

[Declaração de Retificação n.º 5/2016 - Diário da República n.º 78/2016, Série I de 2016-04-21](#)

[Decreto-Lei n.º 18/2016 - Diário da República n.º 72/2016, Série I de 2016-04-13](#)

SETOR PUBLICO EMPRESARIAL

[Lei n.º 11/2016 - Diário da República n.º 65/2016, Série I de 2016-04-04](#)

A Lei nº 11/2016 repõe os complementos de pensão no sector público empresarial.

INTERPRETAÇÕES/ORIENTAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL

Ofício-circulado n.º 20189/2016, de 18/04

Este ofício república a tabela das taxas de derrama a aplicar no período fiscal de 2015 e substitui a anteriormente publicada no ofício-circulado 20186/2016 de 26.02.2016, em virtude retificação.

AVISOS

O Aviso 15/2016 torna público que foram cumpridas as formalidades constitucionais internas de aprovação da Convenção entre a República Portuguesa e a República da Croácia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Dubrovnik em 4 de outubro de 2013.

[Aviso n.º 15/2016 - Diário da República n.º 76/2016, Série I de 2016-04-19](#)

A presente informação destina-se a ser distribuída entre clientes e colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta informação não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem expressa autorização do editor.

Caso deseje obter esclarecimentos adicionais contacte sroc@mca.pt